

# O novo partido e o jejum do poder

Cândido Mendes

J á quase virada a página da Constituinte, vivemos o sentimento de um acerto de contas com as esperanças e frustrações da Nova República. O novo partido, desmascaramento das dobras do PMDB, quer ser este passo adiante, na caminhada profunda do desenvolvimento democrático do país, tal como pedido pela longa espera do período autoritário. A ruptura é inédita e feita a frio. Não temos na nossa história política recente um movimento de quebra do quadro partidário fora de uma estratégia eleitoral imediata ou de uma próxima ratificação nas urnas.

O ímpeto mobilizador da ruptura se concentra todo no impacto do programa e numa conclamação de esforços contra a petrificação fisiológica do partido dominante e a inércia do *status quo*, visto como itinerário direto ao impasse social. O trunfo da nova sigla é o apelo em bruto à maturação da consciência cívica brasileira, na esteira das "diretas já" e da pressão difusa para fazer-se da Carta Magna um novo pacto social para a nação.

Mas até onde o PSDB pode transformar em ariete político o que é o imenso e generalizado mal-estar em que abortou a expectativa nacional da transição, sem metas nem prazos? O fascinante é a maratona de fundo, combinando o realismo político com o jejum do poder, na empreitada do arrancar-se o PMDB do leito morno do situacionismo, onde se sucedem os "maiores partidos do Ocidente". A querer ser a opção social democrática, amadurecida para este fim de século, a legenda nascente não prospera apenas pela contabilização das bancadas, transferindo as suas fichas e seus votos no seio dos plenários retalhados. A presença de Joaquinão entre os fundadores é o exemplo solitário que mostra o enorme caminho ainda a percorrer-se, neste enlace da nova proposta com a sociedade civil. E como vingam o poder de uma plataforma, a resistir às escaramuças tradicionais da refrega pública?

Depara-se de imediato a armadilha da prova de força da nova facção, nas próximas eleições de 15 de novembro. A sedução de uma candidatura Montoro para a Prefeitura paulista só faz redobrar, por contraste, a regra geral: não há chão mais propenso do que o municipal às combinatórias do poder imediato e ao jogo do populismo assistencial. A se querer enfrentar o próximo pleito com as candidaturas-teste da sua mensagem nacional, o PSDB arrisca-se a sacrificar prematuramente todo o potencial para uma grande decisão de fundo, ou uma proposta coerente para retomarmos a iniciativa da mudança. Um insucesso, fora da escala real do confronto, pode transformar-se num plebiscito crestador do ímpeto estridente do tucano no viveiro político nacional. Não se tente também o PSDB pelo ledor engano de que os situacionismos estaduais possam acompanhar a fissura e a migração dos senadores e deputados. Dado hoje claro, nas névoas da transição, é o dos limites da descentralização federal da Nova República. A nova

política dos governadores pode ser efetiva, ao negociar níveis de apoio qualificado ao presidente. Mas fere-se e estiola-se na dissensão sistemática com o Planalto.

A se perfilar pela nossa história profunda, o novo partido enfrenta a contramão das popularidades imediatas. Nem pode fugir a uma plataforma de urgências drásticas que fere fundo a classe média, berço natural do eleitorado independente e reformista. As contradições mesmas do desenvolvimento brasileiro racham hoje na carne desse nosso estrato social. Até onde, por exemplo, o enorme núcleo do funcionalismo público responderá a uma plataforma que enfrente sem hesitação o tópico de perda da estabilidade? Nossa evolução política recente contraria a previsão de que um programa partidário como o do PSDB logre cobrir um vasto arco social, supraclasse, integrado às exigências fundamentais da social-democracia. O patronato, por exemplo, nas suas articulações na Constituinte, mostra como opta pelo *lobby* e pela pressão estanque sobre o novo panorama da vontade política nacional. E, de outro lado, o PT parece inclinado a um aliancismo político, onde possa reunir a voz do proletariado urbano mais dinâmico à do Brasil marginalizado, que só se atinge com outro enfoque para o nosso futuro. No recentíssimo plebiscito de São Paulo — por si mesmo padrão de um novo aprimoramento político do país —, a "opção Erundina", para disputa da Prefeitura mostra como o partido preferiu a nucleação decidida de sua mensagem à busca ampla de uma contraposição ao *status quo* da Nova República.

As oportunidades de sobrevivência ao jejum do poder não confiam apenas na hiperlucidez e no rigor da mensagem do PSDB. Mas na capacidade que tenha a legenda de associar-lhe uma estratégia de ruptura ricamente simbólica com a transição, caminhando com as expectativas da sociedade civil já trazidas à Constituinte, fora da democracia representativa. Da ação da Igreja à dos "sem terra", dos grupos ecológicos, dos aposentados, entre tantos outros. A legenda reclama, sobretudo, a longa marcha da mobilização, sob pena de se transformar a revolta dos anjos em mais uma dissidência de cúpula, de volta a prazo ao redil, como lhe vaticina o realismo desencantado do PMDB remanescente.

Estão aí abertos os desfiladores de uma nova consciência política, percorridos, por exemplo, pela pregação de Teotônio Vilela. Reencontrou as pegadas dos movimentos que, nos anos 20, iniciavam a grande dessolidarização simbólica com a Velha República. A Coluna Prestes balisava então um inconformismo sem esperança de passar a uma prática social. Por sobre as ideologias recortava o espaço de um recado e um enorme destinatário futuro. A mensagem da social-democracia, se juntar a paciência da espera à nitidez do programa, pode já responder, na Nova República, mais do que à rebelião profética, à alternativa para o projeto brasileiro

Cândido Mendes, professor, e secretário geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz e presidente do Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco